



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

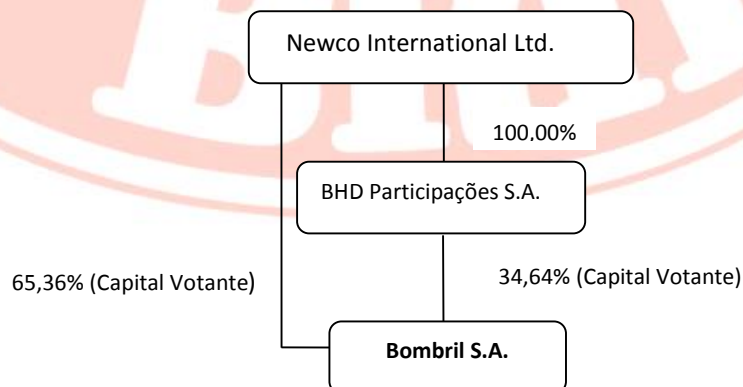
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código BOBR4, com sede e principal local de negócios na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. A Companhia também possui plantas produtivas nas cidades de Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco e Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: esponja de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor por meio de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Pratices, Tanto, MonBijou, Lysoform, Vantage entre outras.

No período entre 28 de julho de 2003 até 7 de julho de 2006, a Companhia esteve sob Administração Judicial em razão de execução movida pela Newco International Ltd., contra a então controladora indireta, Cirio Finanziaria S.p.A, e controladora direta, Bombril Holding S.A. atual BHD Participações S.A. .

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



Em setembro de 2013, toma posse o novo presidente executivo, Marcos Scaldelai, e a Bombril desenvolve um plano estratégico com o objetivo de continuar crescendo através de uma postura sustentável nas atividades e principalmente nos resultados, acelerando o rejuvenescimento da marca e ampliando seu reconhecimento como a maior e melhor solução de limpeza do Brasil.

O plano estratégico está baseado em três pilares: (a) aumentar a penetração das marcas na casa dos consumidores, apresentando seu amplo portfólio ao Mercado, focando diretamente na jovem consumidora da classe média brasileira (Protagonismo Feminino) e renovar anualmente seu portfólio trazendo sempre produtos inovadores e de nichos como diretriz; (b) melhorar a infraestrutura operacional da Companhia modernizando o parque fabril, aprimorando controles internos e investindo em tecnologia da informação, tendo como foco a redução dos custos fixos;

(c) implantar uma gestão por mérito e reconhecimento através de indicadores de performance por áreas.

As ações tomadas pela Administração visam direcionar a Companhia para o crescimento e expansão de seus negócios, melhorar a sua situação patrimonial e financeira e aumentar a geração positiva de seu fluxo de caixa.

O ano de 2013 foi marcado por um crescimento de 18% da receita líquida. Houve também um avanço na área industrial, melhorando consideravelmente a produtividade das linhas e reduzindo mão-de-obra excedente. Assim como, mantém-se permanente atenção aos custos e despesas, com programas internos de monitoramento e revisão de contratos, fortalecimento das negociações com fornecedores estratégicos e o fortalecimento dos controles internos.

Em 2014, a administração da Bombril executou todo o plano estratégico definido no final de 2013, com a nova gestão. Com isso, a Bombril mantém a política de crescimento sustentável, melhorando ainda mais sua eficiência produtiva, com foco em resultados e inovação do seu portfólio, empenhada em minimizar os impactos operacionais e financeiros herdados das administrações anteriores.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 27 de março de 2015, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam potencialmente produzir efeitos sobre estas demonstrações contábeis.

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards "IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM".

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre o Patrimônio Líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as empresas consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. e de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia. Atualmente, possui 67,15% da Bril Cosméticos S.A.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração tem dedicado seus melhores esforços para as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 32,85% e participação indireta de 67,15% no seu capital social por meio da Bombril Mercosul S.A. com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	31.12.14		31.12.13	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	0%	100%	0%
Bombril Mercosul S.A.	0%	100%	0%	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,83%	12,17%
Bril Cosméticos S.A.	32,85%	67,15%	32,85%	67,15%

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Custo dos empréstimos

Os custos dos empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

h. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

i. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

j. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

k. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

m. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

n. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

n.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida.

A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

n.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. 3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

O. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

P. Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

q. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

r. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido.

s. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

2.4. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2014

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva a partir de 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.
- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após

1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge", em junho de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39. A alteração desta norma tem o objetivo de esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situações em que este instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

2.4.1 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicações antecipadas permitidas. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

• IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

• IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

• IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

• IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

• IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

• IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

• Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos fiscais consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

(ii) Teste de redução do valor recuperável de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos

judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Caixa e bancos	11.142	13.675	11.914	14.363
Aplicações financeiras (a)	1.816	12.305	40.758	12.305
Total	12.958	25.980	52.672	26.668

- (a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa e títulos privados com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) remuneradas entre 94% e 107%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Clientes	199.075	242.218	211.691	247.769
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(7.133)	(6.093)	(7.525)	(6.187)
Total	<u>191.942</u>	<u>236.125</u>	<u>204.166</u>	<u>241.582</u>

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Período	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
A vencer	130.582	198.188	134.999	201.550
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	32.251	24.551	32.943	25.367
De 31 a 60 dias	8.677	5.036	8.903	5.451
De 61 a 90 dias	5.149	1.731	5.423	1.993
De 91 a 180 dias	5.461	2.329	7.842	2.469
Acima de 181 dias	16.955	10.383	21.581	10.939
	<u>199.075</u>	<u>242.218</u>	<u>211.691</u>	<u>247.769</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(5.584)</u>	<u>(7.137)</u>
Adições	(1.252)	(1.316)
Baixas	743	743
Operações descontinuadas - Ecoville	-	1.523
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(6.093)</u>	<u>(6.187)</u>
Adições	(1.290)	(1.588)
Baixas	250	250
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>(7.133)</u>	<u>(7.525)</u>

6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Adiantamento a empregados	1.263	1.466	1.285	1.489
Adiantamento a fornecedores	150	502	153	503
Depósito judicial	7.319	17.893	7.319	17.893
Despesas antecipadas (a)	13.733	8.525	13.985	8.577
Contas a Receber - Succespar Real Estate				
Desenv. Imob. S/A (b)	-	9.388	-	9.388
Outros	315	14	438	134
Total	<u>22.780</u>	<u>37.788</u>	<u>23.180</u>	<u>37.984</u>
Circulante	15.461	19.122	15.858	19.316
Não Circulante	<u>7.319</u>	<u>18.666</u>	<u>7.322</u>	<u>18.668</u>

- (a) Refere-se principalmente a gastos com propaganda que serão apropriados pelo período do contrato.
- (b) Representado pelo valor remanescente a receber, proveniente da alienação do investimento na Ecoville.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Produtos acabados	52.504	6.732	53.188	11.593
Produtos em elaboração	413	901	413	901
Matérias-primas	11.314	11.067	11.314	11.067
Materiais de embalagem	13.306	13.681	13.306	13.681
Provisão para obsolescência	-	(677)	-	(677)
Importações em andamento	1.457	999	1.457	999
Outros	1.247	1.018	6.885	1.018
Total	80.241	33.721	86.564	38.582
Circulante	80.241	33.721	86.564	38.582

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(1.631)
Adições	(3.401)
Reversão de provisão	4.355
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(677)
Adições	(1.852)
Reversão de provisão	2.529
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
IRPJ e CSLL a recuperar	3.179	2.122	4.070	2.598
ICMS a recuperar (a)	11.439	11.591	11.623	11.662
Pis e Cofins a recuperar (a)	4.421	4.990	4.516	5.051
IPI	108	-	108	-
Outros	-	5	-	5
Total	19.147	18.708	20.317	19.316
Circulante	17.347	17.626	18.056	17.773
Não circulante	1.800	1.082	2.261	1.543

- (a) Substancialmente representado pelo crédito do referido imposto sobre as operações com fretes.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Investimentos mantidos até o vencimento			
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Operações compromissadas (a)	6.455	5.088	6.455	5.088
Total	6.455	5.088	6.455	5.088
Não Circulante	6.455	5.088	6.455	5.088

- (a) As operações compromissadas estão atreladas a operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 95% e 107% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora

10.1. Ativo

Sociedades	31.12.14	31.12.13	Juros e atualização	Vencimento
<u>Contas a receber:</u>				
Em moeda local:				
Controladas				
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (a)	37.720	84	-	11/09/2017
Bril Cosméticos S.A. (b)	15.717	1.971	-	-
Total	53.437	2.055		
Não Circulante	53.437	2.055		

- (a) Controlada integral da Bombril S.A., tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios. A variação em dezembro/14 é referente a transferência de recursos.
- (b) Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos. As referidas operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado. A variação de dezembro/14 para dezembro/13 está diretamente relacionada ao aumento das vendas da controlada Bril Cosméticos S.A.

10.2. Passivo

Sociedades	31.12.14	31.12.13	Juros e atualização	Vencimento
Controladas				
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Bombril Overseas Inc.(c)	447.010	446.941	-	-
Em moeda local:				
Bombril Mercosul S.A. (d)	17.070	15.859	-	31/01/2017
Total	<u>464.080</u>	<u>462.800</u>		
Circulante	-	-		
Não circulante	<u>464.080</u>	<u>462.800</u>		

(c) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.P.A. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertencia a controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento.

Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao tutelante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo estes títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a controlada Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Cirio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Cirio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Cirio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Cirio e a controladora Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.). A Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, levantada em 31 de dezembro de 2014, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada provável. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a controlada Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência, e declararam ser esta a efetiva titular dos Eurobonds.

Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.

- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (putoption).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 37.5 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 2.5 milhões].

No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

(d) Contrato de mútuo celebrado entre as partes com data de vencimento prevista para janeiro de 2017.

10.3 Receitas e despesas com controladas para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Operações comerciais		Variações cambiais líquidas	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
(e) Bombril Mercosul S.A.	3.517	(4.268)	-	-
(f) Bril Cosméticos S.A.	9.587	-	-	-
(g) Bombril Overseas Inc.	-	-	(69)	(73.569)
Total	13.103	(4.268)	(69)	(73.569)

(e) As transações com a controlada, Bombril Mercosul, referem-se a despesas com alugueis de terrenos, prédios e maquinários utilizados nas operações da Bombril S.A.

(f) As Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos.

(g) As transações de variações cambiais junto à controlada Bombril Overseas Inc. referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do Guaranteed Note Program.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 8.100 para o exercício de 2014, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014. O montante pago até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.124 (R\$ 6.283 em 31 de dezembro de 2013), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

Controladora

12.1. Ativo

Sociedades	31.12.14	31.12.13	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.155	94.154	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	100% do CDI	BHD Participação S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	261	244	1% a.m.	
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.510	1.418	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	108.747	108.638		
Provisão para perdas	(108.747)	(108.638)		
Total	-	-		

12.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Societ� Sportiva L�zio (a)	20.883	29.940	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda.(a)	304	274	100% do CDI	-
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	44.741	40.377	100% do CDI	BHD Participação S.A.
Total	65.928	70.591		

- (a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantidos devidamente atualizados de acordo com as premissas pactuadas   época de origem da d vida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas.

Consolidado

12.3. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	394.098	347.569	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	836.419	737.669	10,25% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	94.155	94.154	100% do CDI	-
C & P Overseas Ltd. (a)	183.142	183.142	100% do CDI	Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.
Cirio Brasil S.A.(a)	12.822	12.822	100% do CDI	
Cirio Brasil S.A. (a)	261	244	1% a.m.	BHD Participação S.A.
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.510	1.418	1% a.m + IGPM	
Sub-total	1.522.407	1.377.018		
Provisão para perdas (b)	(1.522.407)	(1.377.018)		
Total	-	-		

12.4. Passivo

Sociedades	31.12.14	31.12.13	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Società Sportiva Lazio (a)	20.883	29.940	-	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	44.741	40.377	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Agropecuária Cirio Ltda. (a)	304	274	100% do CDI	-
Total	65.928	70.591		

a) Em virtude da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A., a Administração em 30 de junho de 2003 decidiu constituir provisão para perdas, para dar cobertura a eventuais perdas com a realização destes direitos de crédito.

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	31.12.14		31.12.13	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	1.019.561	-	920.811
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	94.155	-	94.154	-
C&P Capital Invest. NV	-	394.098	-	347.569
Cirio Brasil S.A.	13.083	-	13.066	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.510	-	1.418	-
Total	108.747	1.413.660	108.638	1.268.380

12.5 Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

	Controladora	
	31.12.14	31.12.13
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	212.880	218.525
Bombril Overseas Inc	395.406	395.485
Bril Cosméticos S.A.	3.555	5.540
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935
Total	619.776	627.485

13.2 Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc.	Bril Cosméticos S.A. (a)	Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. (b)	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2012	217.648	331.111	308	-	7.935	557.002
Transação de capital	3.131	-	(3.131)	-	-	-
Aporte de capital	-	-	10.425	-	-	10.425
Equivalência patrimonial	(8.511)	19.210	(2.062)	(2.243)	-	6.394
Efeitos da variação cambial sobre o investimento no exterior	6.257	45.164	-	-	-	51.421
Aumento de capital	-	-	-	51.791	-	51.791
Transferência do investimento para o contas a receber da Succespar	-	-	-	(35.148)	-	(35.148)
Transferência da provisão para perda com investimento saldo dezembro 2012	-	-	-	(4.145)	-	(4.145)
Baixa do investimento referente ao custo atribuído na Ecoville	-	-	-	(2.185)	-	(2.185)
Baixa do investimento referente a perda na alienação da Ecoville a Succespar	-	-	-	(8.070)	-	(8.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	218.525	395.485	5.540	-	7.935	627.485
Equivalência patrimonial	(12.189)	(47.305)	(1.985)	-	-	(61.479)
Efeitos da variação cambial sobre o investimento no exterior	6.544	47.226	-	-	-	53.770
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	212.880	395.406	3.555	-	7.935	619.776

(a) Bril Cosméticos S.A.

Em 28 de junho de 2013 foi realizada a AGE deliberando um aumento de R\$10.000 (dez milhões de reais) no capital social integralizado pelo acionista Bombril S.A.

(b) Ecoville Empreendimentos e Construções S.A.

Em 28 de junho de 2013, a Companhia concluiu a venda do investimento na Ecoville Empreendimentos e Construções S.A. e a participação indireta das controladas Succespar Ecoville Engenharia e Desenvolvimento Imobiliário Ltda. e São Paulo Prime Outlets S.A. para a Succespar Real Estate Desenvolvimento Imobiliário S.A., cuja participação representava 85,0429% do seu capital social. O valor total desta negociação foi de R\$41.095 sendo R\$ 21.970 a vista e uma parcela no valor de R\$ 19.125 (sendo R\$ 13.178 da Bombril S.A) liquidada em setembro de 2014.

13.3 Principais informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

	31.12.14							31.12.13			
	Ativo	Passivo	Capital social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Resultado do período	Equivalência patrimonial
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	255.978	43.098	160.329	-	100%	212.880	(12.189)	(12.189)	217.648	(8.511)	(8.511)
Bombril Mercosul S.A.	219.130	57.419	101.375	3.191	-	161.711	(7.011)	-	175.753	(10.161)	-
Bril Cosméticos S.A.	38.138	27.287	33.000	26.496	32,85%	10.851	(6.044)	(1.985)	16.665	(10.196)	(2.062)
Bombril Overseas Inc.	451.321	1.130	1.053.054	-	87,83%	450.192	(53.859)	(47.305)	376.988	21.871	19.210
	964.568	128.934	1.347.758	29.687		835.633	(79.103)	(61.479)	787.054	(6.997)	8.637

14. IMOBILIZADO

14.1 Composição do imobilizado

	Taxa anual (%)	Controladora		Taxa anual (%)	Consolidado	
		31.12.14	31.12.13		31.12.14	31.12.13
		Líquido	Líquido		Líquido	Líquido
Terrenos		-	-	-	94.192	94.192
Edifícios	2	216	222	2 a 14	65.157	67.094
Instalações	3 a 50	10.916	8.618	3 a 50	11.014	8.777
Máquinas e equipamentos	3 a 50	73.363	57.434	3 a 50	101.259	90.396
Móveis e utensílios	10 a 50	1.770	1.625	10 a 50	1.839	1.754
Veículos	17 a 25	526	575	17 a 25	531	581
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	1.742	1.542	20 a 50	1.823	1.581
Imobilizações em andamento (a)	-	28.305	20.374	-	28.668	20.375
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	25.415	24.800	4 a 8	25.415	24.800
Outros bens	20	220	270	20	228	279
Total		142.473	115.460		330.126	309.829

- (a) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem e ênfase, (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.
- (b) Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultando em uma mais valia a época de R\$ 89.503 tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 52.260 (R\$ 55.222 em 31 de dezembro de 2013), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

14.2 Movimentação Controladora

Custo	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.12	248	14.708	100.997	2.979	1.537	3.211	10.176	27.511	3	161.370
Adições	4	508	2.454	199	157	1.120	15.604	2.152	306	22.504
Baixas	-	-	(163)	-	(427)	(20)	(2)	-	(9)	(621)
Transferências	61	1.119	3.312	70	-	51	(5.404)	791	-	-
Saldo em 31.12.13	313	16.335	106.600	3.248	1.267	4.362	20.374	30.454	300	183.253
Adições	-	685	17.267	40	-	520	22.893	595	1	42.001
Baixas	-	-	-	(4)	(126)	(70)	-	-	(3)	(203)
Transferências	-	3.195	7.999	405	240	171	(14.962)	1.526	12	(1.414)
Saldo em 31.12.14	313	20.215	131.866	3.689	1.381	4.983	28.305	32.575	310	223.637

Depreciação e amortização acumulada	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.12	(86)	(6.414)	(38.523)	(1.353)	(667)	(2.541)	-	(4.248)	(2)	(53.834)
Adições	(5)	(1.303)	(10.715)	(270)	(283)	(295)	-	(1.408)	(28)	(14.307)
Baixas	-	-	72	-	258	16	-	2	-	348
Saldo em 31.12.13	(91)	(7.717)	(49.166)	(1.623)	(692)	(2.820)	-	(5.654)	(30)	(67.793)
Adições	(6)	(1.582)	(9.337)	(300)	(260)	(472)	-	(1.506)	(61)	(13.524)
Baixas	-	-	-	4	97	51	-	-	1	153
Saldo em 31.12.14	(97)	(9.299)	(58.503)	(1.919)	(855)	(3.241)	-	(7.160)	(90)	(81.164)

Saldo líquido em 31.12.13	222	8.618	57.434	1.625	575	1.542	20.374	24.800	270	115.460
Saldo líquido em 31.12.14	216	10.916	73.363	1.770	526	1.742	28.305	25.415	220	142.473

14.3 Movimentação do Consolidado

Custo	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.12	94.192	87.560	21.021	210.508	7.757	1.929	6.058	14.190	27.511	147	470.873
Adições	-	3	507	3.107	199	157	1.186	15.604	2.152	291	23.206
Baixas	-	-	-	(963)	(9)	(427)	(24)	(2)	-	-	(1.425)
Operações											
Descontinuadas -											
Ecoville	-	-	-	(357)	(241)	(259)	(162)	-	-	(129)	(1.148)
Transferências	-	61	1.119	7.324	71	-	51	(9.417)	791	-	-
Saldo em 31.12.13	94.192	87.624	22.647	219.619	7.777	1.400	7.109	20.375	30.454	309	491.506
Adições	-	-	685	17.267	41	-	579	23.255	595	2	42.424
Baixas	-	-	-	(4)	(5)	(127)	(71)	-	-	(3)	(210)
Transferências	-	-	3.195	7.999	405	240	171	(14.962)	1.526	12	(1.414)
Saldo em 31.12.14	94.192	87.624	26.527	244.881	8.218	1.513	7.788	28.668	32.575	320	532.306

Depreciação e amortização acumulada	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.12	-	(18.595)	(12.501)	(114.793)	(5.943)	(1.053)	(5.386)	-	(4.248)	(17)	(162.536)
Adições	-	(1.935)	(1.369)	(15.621)	(330)	(283)	(324)	-	(1.408)	(14)	(21.284)
Baixas	-	-	-	839	9	258	20	-	2	1	1.129
Operações											
Descontinuadas -											
Ecoville	-	-	-	352	241	259	162	-	-	-	1.014
Saldo em 31.12.13	-	(20.530)	(13.870)	(129.223)	(6.023)	(819)	(5.528)	-	(5.654)	(30)	(181.677)
Adições	-	(1.937)	(1.643)	(14.403)	(361)	(260)	(489)	-	(1.506)	(63)	(20.662)
Baixas	-	-	-	4	5	97	52	-	-	1	159
Saldo em 31.12.14	-	(22.467)	(15.513)	(143.622)	(6.379)	(982)	(5.965)	-	(7.160)	(92)	(202.180)

Saldo líquido em 31.12.13	94.192	67.094	8.777	90.396	1.754	581	1.581	20.375	24.800	279	309.829
Saldo líquido em 31.12.14	94.192	65.157	11.014	101.259	1.839	531	1.823	28.668	25.415	228	330.126

15. INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	18.331	18.331
Software (b)	5.178	5.203	5.237	5.286
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. (c)	-	-	7.935	7.935
Total	5.178	5.203	31.503	31.552

(a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A. Em 26 de julho de 2012, a Companhia assinou um contrato para a aquisição de 25% restante da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, repactuando o preço de aquisição para o montante de R\$ 18.331.

(b) A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.

(c) Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio Líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominadas químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 11,17% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

15.2 Movimentação – Controladora

<u>Custo</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.12	9.562	9.562
Adições	2.235	2.235
Saldo em 31.12.13	11.797	11.797
Adições	316	316
Transferências	1.414	1.414
Saldo em 31.12.14	13.527	13.527

<u>Amortização</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.12	(5.013)	(5.013)
Adições	(1.581)	(1.581)
Saldo em 31.12.13	(6.594)	(6.594)
Adições	(1.755)	(1.755)
Saldo em 31.12.14	(8.349)	(8.349)
Saldo líquido em 31.12.13	5.203	5.203
Saldo líquido em 31.12.14	5.178	5.178

15.3 Movimentação – Consolidado

<u>Custo</u>	<u>Marcas e Patentes</u>	<u>Software</u>	<u>Ágio - Milana</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.12	18.335	23.338	8.452	50.125
Adições	-	2.239	-	2.239
Operações descontinuadas - Ecoville	-	(12)	-	(12)
Saldo em 31.12.13	18.335	25.565	8.452	52.352
Adições	-	316	-	316
Transferências	-	1.414	-	1.414
Saldo em 31.12.14	18.335	27.295	8.452	54.082

<u>Amortização</u>	<u>Marcas e Patentes</u>	<u>Software</u>	<u>Ágio - Milana</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.12	(4)	(18.679)	(517)	(19.200)
Amortização	-	(1.606)	-	(1.606)
Operações descontinuadas - Ecoville	-	6	-	6
Saldo em 31.12.13	(4)	(20.279)	(517)	(20.800)
Amortização	-	(1.779)	-	(1.779)
Saldo em 31.12.14	(4)	(22.058)	(517)	(22.579)
Saldo líquido em 31.12.13	18.331	5.286	7.935	31.552
Saldo líquido em 31.12.14	18.331	5.237	7.935	31.503

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Fornecedores - matéria prima	125.719	87.731	127.542	88.776
Fornecedores - transportes	17.408	34.903	18.034	35.557
Fornecedores - exterior	1.438	655	2.568	655
Total	144.565	123.289	148.144	124.988

16.1. Por vencimento

Intervalo	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
A vencer	126.590	98.423	129.019	99.864
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	5.237	20.525	5.332	20.568
De 31 a 60 dias	3.104	1.542	3.175	1.546
De 61 a 90 dias	2.747	623	2.989	628
De 91 a 180 dias	3.881	-	4.001	576
Acima de 180 dias	3.007	2.176	3.628	1.806
	144.565	123.289	148.144	124.988

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Salários a pagar	593	-	593	-
Provisão de férias e 13º Salário	14.239	12.644	14.519	12.853
Encargos sociais a pagar	3.676	3.264	3.750	3.333
Total	18.508	15.908	18.862	16.186

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	Taxa média anual de encargos %	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
<u>Em moeda estrangeira:</u>						
Dólar norte-americano						
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)	5,00	Abril/2015	5.356	5.450	5.356	5.450
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)	3,70	Abril/2015	1.489	-	1.489	-
<u>Em moeda local:</u>						
Arrendamento Mercantil	18,12	Agosto/2015 a Dezembro/2016	414	639	414	639
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,80	Julho/2015 a Setembro/2021	18.852	12.991	24.844	19.959
Capital de giro	17,13	Março/2015 a Novembro/2017	110.999	130.116	110.999	130.116
Total			137.110	149.196	143.102	156.164
Circulante			81.112	114.656	82.539	115.645
Não circulante			55.998	34.540	60.563	40.519

Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
2016	7.924	28.378	7.924	29.792
2017	32.771	3.470	32.771	4.885
2018	-	2.692	1.987	5.842
após 2018	15.303	-	17.881	-
Total	55.998	34.540	60.563	40.519

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1. Controladora

	Circulante		Não circulante	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Parcelamento - Refis IV (a)	49.117	39.712	188.667	201.767
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.052	2.480	-	2.000
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.191	2.140	4.528	6.532
PEP - Programa Especial de Parcelamento (d)	3.086	3.303	18.847	20.521
Parcelamento ICMS Ordinário	7.818	-	2.839	-
Parcelamentos - Outros	2.473	750	5.973	3.639
IRPJ/CSL a Recolher	-	7.383	-	-
ICMS a Recolher	14.949	17.531	-	-
IPI a Recolher	15.203	7.821	-	-
ISS a Recolher	95	101	-	-
PIS/COFINS a Recolher	26.920	8.339	-	-
CPMF a Recolher	-	-	-	-
INSS e IRRF a Recolher	852	1.571	-	-
Total	124.756	91.131	220.854	234.459

19.2. Consolidado

	Circulante		Não circulante	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Parcelamento - Refis IV (a)	49.117	39.760	188.667	201.767
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	2.052	2.480	-	2.000
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.191	2.140	4.528	6.532
PEP - Programa Especial de Parcelamento (d)	3.086	3.303	18.847	20.521
Parcelamento ICMS Ordinário	7.818	-	2.839	-
Parcelamentos - Outros	2.473	750	5.973	3.639
IRPJ/CSL a Recolher	721	7.435	-	-
ICMS a Recolher	15.126	17.654	-	-
IPI a Recolher	15.203	7.822	-	-
ISS a Recolher	109	114	-	-
PIS/COFINS a Recolher	26.977	8.431	-	-
INSS e IRRF a Recolher	866	1.594	-	-
Total	125.739	91.483	220.854	234.459

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”. A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foram objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” foi discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia e a provisão integral dos valores foi mantida.

Em 09 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, que tratou, dentre outros assuntos, da reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV. Em tal ocasião, a Companhia optou pelo recolhimento à vista do montante relativo a CPMF, em 31 de dezembro de 2013, no valor total de R\$ 6.062 importando na redução total de R\$4.944.

Dentro do contexto desta nova lei, além dos débitos relativos a CPMF acima mencionados, no momento da reabertura do prazo para inclusão de débitos no referido Programa de Parcelamento, a Companhia optou, também, pela inclusão dos seguintes débitos adicionais:

- PIS: Com relação aos débitos relativos ao PIS, que foram objeto de parcelamento ordinário no âmbito da PGFN em julho de 2013, diante da previsão legal para transferência do saldo do parcelamento ordinário, a Companhia optou pela migração ao Refis IV, sendo que o saldo de R\$ 6.389, com as reduções previstas, totalizou em dezembro de 2013 o montante de R\$ 3.393.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior: Com base na opinião dos assessores jurídicos, em dezembro de 2013 a companhia deliberou aderir ao acordo de refinanciamento de tributos federais (REFIS) referente ao pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido da controlada no exterior BB Overseas incidentes sobre o lucro apurado para o ano de 2002.

A Companhia possui ação judicial na qual contesta a tributação (a) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas nos anos de 1996 a 2001, antes da sua efetiva disponibilização; (b) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas no ano de 2002 e seguintes, antes da sua efetiva disponibilização; e (c) do resultado positivo de equivalência patrimonial correspondente à variação cambial do investimento detido na BB Overseas. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL em discussão nessa ação judicial se encontram com a exigibilidade suspensa, por força de decisão judicial.

Em 2013 foi publicado o resultado do julgamento da ADIN 2.588, na qual o Supremo Tribunal Federal decidiu pela (i) invalidade da tributação dos lucros acumulados até 2001 por controladas no exterior antes da efetiva disponibilização, estejam ou não sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas acumulados até dezembro de 2001); e pela (ii) validade da tributação dos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas – sediada nas Ilhas Virgens Britânicas – auferidos a partir de 2002).

Em face do impacto desfavorável que a decisão dessa ADIN teria em relação a parcela do crédito tributário discutido na ação judicial proposta pela Companhia, especificamente no que concerne à tributação dos lucros apurados pela BB Overseas a partir do ano de 2002, nossos assessores jurídicos entenderam que seria iminente a probabilidade de perda parcial dessa ação, quanto a esta parcela do crédito tributário. E em razão de tal entendimento recomendaram a desistência parcial da ação e liquidação desse crédito tributário – de IRPJ e CSLL – mediante aproveitamento dos benefícios (descontos de juros de mora e multa) previstos pelo artigo 40 da Lei 12.865/13; ou, subsidiariamente, previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

Como o parcelamento previsto pelo artigo 40 da Lei 12.865/13 estava condicionado ao pagamento de uma entrada no montante de 20% (vinte por cento) dos créditos tributários a serem parcelados, a Companhia deliberou por aderir ao parcelamento previsto pelo artigo 1º da Lei 11.941/09, para liquidação dessa parcela do crédito tributário em discussão na ação judicial, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas ajustadas pela SELIC, com redução de 60% de multa e 25% de juros de mora. O impacto do reconhecimento do REFIS em 2013 foi de R\$ 120.192, sendo R\$ 57.377 de impostos, R\$ 89.108 de despesas financeiras e outras despesas operacionais e R\$ (26.293) de benefício fiscal.

Considerando a reabertura do prazo de que trata o § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (REFIS IV) definida pelo art. 34 pela Medida Provisória 651, em dezembro de 2014 a Companhia optou por incluir débitos no montante de R\$ 14.614, mediante aproveitamento dos benefícios previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

A Administração da Companhia destaca que optou pela inclusão destes valores no modelo previsto pelo programa denominado REFIS IV, dada sua vantagem econômica com reduções (60% da multa de mora; 25% dos juros de mora e 100% de encargos), somada a possibilidade de parcelamento em até 180 meses, além de não ser exigido um percentual de entrada para o parcelamento.

Os valores da dívida perante a RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no período findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos	-	41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245
Juros no período findo em 31.12.12	3.070	3.131
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.12	(31.607)	(32.032)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.12	146.215	146.344
Inclusão de novos débitos em 31.12.13	123.585	123.585
Juros total no período findo em 31.12.13	7.234	7.237
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.13	(35.555)	(35.638)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.13	241.479	241.528
Inclusão de novos débitos em 31.12.14	14.614	14.614
Juros total no período findo em 31.12.14	19.979	19.979
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.14	(38.288)	(38.337)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.14	237.784	237.784

a.1) IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PAES

O saldo remanescente do PAES do INSS em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.052 (R\$ 4.480 em 31 de dezembro de 2013), os débitos apresentados para a consolidação estão sendo pagos desde julho de 2003.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 6.719 (R\$ 8.672 em 31 de dezembro de 2013), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

d) PEP

Em 29 de maio de 2013, a Companhia formalizou a opção pelo Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 58.811 de 28 de dezembro de 2012.

O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 21.933 para débitos parcelados em 120 meses, com acréscimo financeiro de 1% a.m.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b) e c) e das condições dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.1. Composição do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
IRPJ/CSLL corrente	368	(57.377)	(216)	(57.430)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
IRPJ/CSLL diferido	(1.921)	54.790	(340)	56.454
Total - IRPJ / CSLL	<u>(1.553)</u>	<u>(2.587)</u>	<u>(556)</u>	<u>(976)</u>

20.2. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Lucro líquido / (Prejuízo) antes dos impostos	(55.951)	(149.209)	(56.948)	(150.820)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	19.023	50.731	19.362	51.279
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	(2.622)	(15.194)	(2.744)	(15.348)
Equivalência patrimonial	(20.902)	2.937	-	-
Outros	526	4.676	(1.350)	1.394
IRPJ/CSLL sobre lucro no exterior incluídos no REFIS IV e reflexo dos benefícios da Lei n. 12.865/2013	-	(45.737)	-	(45.737)
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	(18.312)	7.436
IRPJ/CSLL/IPI incluídos no REFIS IV e reflexo dos benefícios da Lei n. 12.996/2014	2.422	-	2.422	-
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	-	-	66	-
Receita /(Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	<u>(1.553)</u>	<u>(2.587)</u>	<u>(556)</u>	<u>(976)</u>
Alíquota efetiva	-3%	-2%	-1%	-1%

20.3. Movimentação dos ativos e passivos do IRPJ e da CSLL diferido

Lei nº 12.973/14 (Conversão da Medida Provisória 627/2013)

Controladora

	31.12.2012	Reconhecido no resultado	31.12.2013	Reconhecido no resultado	31.12.2014
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	10.287	24.116	34.403	280	34.683
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	968	(968)	-	-	-
Contingências tributárias	7.552	371	7.923	(3.909)	4.014
Contingências cíveis	5.470	3.076	8.546	(5.363)	3.183
Contingências trabalhistas	5.406	(1.198)	4.208	(177)	4.031
Participação no lucros	764	190	954	841	1.795
Outras contas a pagar	732	286	1.018	(381)	637
Provisão para perdas de créditos	3.489	(712)	2.777	577	3.354
Provisão para perda nos estoques	554	(324)	230	(230)	-
Amortização do ágio	-	335	335	(335)	-
Outros	3.563	1.112	4.676	6.672	11.348
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	38.785	26.284	65.070	(2.025)	63.045
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(43.750)	26.672	(17.078)	(1)	(17.079)
Deemed cost	(1.218)	109	(1.109)	105	(1.004)
Amortização do ágio	(1.725)	1.725	-	-	-
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(46.693)	28.506	(18.187)	104	(18.083)
Imposto Diferido Líquido	(7.908)	54.790	46.883	(1.921)	44.962

Consolidado

	31.12.2012	Reconhecido no resultado	31.12.2013	Reconhecido no resultado	31.12.2014
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	10.287	24.116	34.403	280	34.683
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	968	(968)	-	-	-
Contingências tributárias	7.552	371	7.923	(3.909)	4.014
Contingências cíveis	5.470	3.076	8.546	(5.363)	3.183
Contingências trabalhistas	5.406	(1.198)	4.208	(177)	4.031
Participação no lucros	764	190	954	841	1.795
Outras contas a pagar	732	286	1.018	(381)	637
Provisão para perdas de créditos	3.489	(712)	2.777	577	3.354
Provisão para perda nos estoques	554	(324)	230	(230)	-
Amortização do ágio	-	335	335	(335)	-
Outros	3.563	1.112	4.676	6.672	11.348
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	38.785	26.284	65.070	(2.025)	63.045
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(43.750)	26.672	(17.078)	(1)	(17.079)
Reavaliação (Mercosul)	(19.827)	1.052	(18.775)	1.006	(17.769)
Deemed cost	(37.340)	2.210	(35.130)	680	(34.450)
Amortização do ágio	(1.725)	1.725	-	-	-
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(102.642)	31.659	(70.983)	1.685	(69.298)
Imposto Diferido Líquido	(63.857)	57.943	(5.913)	(340)	(6.253)

A Companhia avaliou as disposições contidas na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 (conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013) e Instrução Normativa 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1.422, de 19 de dezembro de 2013 (IN 1.397).

A Lei 12.973/14 revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) – instituído pela Lei 11.638/07 para dar neutralidade fiscal à apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) – e insere uma nova sistemática para que as empresas domiciliadas no Brasil ofereçam à tributação o resultado de suas controladas e coligadas no exterior a partir de 2015.

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
(a) Benefícios a empregados	5.702	5.762	5.702	5.762
(b) Honorários advocatícios	8.274	16.136	8.274	16.136
(c) Outras	7.152	4.022	7.170	4.022
Total	21.128	25.920	21.146	25.920
Circulante	12.854	9.784	12.872	9.784
Não Circulante	8.274	16.136	8.274	16.136

(a) Benefícios a empregados - Representada substancialmente pela provisão sobre o montante do banco de horas passível de compensação.

(b) Honorários advocatícios - Provisão de honorários advocatícios sobre os processos de compra e venda de títulos e tributação sobre lucros de controlada no exterior, conforme descrito na nota explicativa n. 23.

(c) Outras - Provisão referente à participação nos resultados da companhia, bem como outras diversas obrigações.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Comerciais	4.417	16.356	6.291	18.073
Energia Elétrica	1.329	663	1.329	663
Outras	337	653	340	1.653
Total	6.083	17.672	7.960	20.389

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 31 de dezembro de 2014, estão provisionados os montantes de R\$ 56.605 (controladora) e de R\$ 57.263 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2014, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Trabalhistas	11.857	12.376	12.439	13.301
Cíveis	38.479	66.674	38.479	66.674
Fiscais	6.269	8.348	6.345	8.401
Total	56.605	87.398	57.263	88.376

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.12	15.899	57.626	10.427	83.952	16.384	58.399	10.480	85.263
Constituição de provisão	761	9.135	245	10.141	1.708	9.810	245	11.763
Operações descontinuadas - Ecoville	-	-	-	-	(507)	(1.448)	-	(1.955)
Baixas	(4.284)	(87)	(2.324)	(6.695)	(4.284)	(87)	(2.324)	(6.695)
Saldo em 31.12.13	12.376	66.674	8.348	87.398	13.301	66.674	8.401	88.376
Constituição de provisão	1.684	5.001	2.631	9.316	2.685	5.001	2.708	10.394
Baixas	(2.203)	(33.196)	(4.710)	(40.109)	(3.547)	(33.196)	(4.764)	(41.507)
Saldo em 31.12.14	11.857	38.479	6.269	56.605	12.439	38.479	6.345	57.263

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 41.245, sendo R\$ 12.129 possível e R\$ 29.116 provável.

O montante de R\$ 29.116 considerado como provável em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 52.284 em 31 de dezembro de 2013) encontra-se devidamente provisionados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$ 4.288.893 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 3.888.592 em 31 de dezembro de 2013). A probabilidade de êxito nesses processos foi

considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Trabalhistas	4.123	8.991	4.123	8.991
Cíveis	14.943	182.415	14.943	182.415
Fiscais	4.245.450	3.689.067	4.269.827	3.697.186
Total	4.264.516	3.880.473	4.288.893	3.888.592

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.760.921 (atualizados dezembro de 2014), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 414.875 relativos ao ano de 1998, R\$ 411.490 relativos ao ano de 1999, R\$ 2.178.197 relativos ao ano de 2000 e R\$ 756.359 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011 a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 28 de fevereiro de 2013 foi proferida decisão determinando a realização de perícia judicial para avaliação de bens integrantes do ativo da Companhia. Foi proferida decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 0007190-09.2011.4.03.0000 declarando ilegal a penhora de ativos financeiros realizada em 2011 e, em 27 de setembro de 2013, foi expedido alvará de levantamento dos valores bloqueados (na ordem de R\$ 8.400). Em outubro de 2013, a UF apresentou novo pedido de constrição, desta vez relativos aos processo no. 93.00.02130-3. O pedido foi acolhido e, por consequência, foi interposto agravo de instrumento distribuído sob o no. 0027123-94.2013.4.03.0000, ao qual foi negado seguimento. Diante de tal situação, foi interposto agravo do artigo 557, par. 1º. Do CPC, o qual se encontra pendente de julgamento. Realizada nova avaliação dos bens da companhia. Obtivemos decisão favorável para liberação do depósito bloqueado. Os autos estão na conclusão para análise acerca do reforço de penhora. Os embargos estão suspensos aguardando decisão sobre a penhora. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011 opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114 para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ao qual foi dado provimento para reformar a sentença. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão, o que foi feito por meio de decisão proferida em 17 de abril de 2013. Atualmente aguarda-se recebimento dos autos na Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi julgado em 13 de março de 2013 pela 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que reconheceu, por maioria de votos, a decadência e respectiva extinção do direito da Fazenda Nacional de constituir os créditos tributários relativos ao período anterior a 27 de novembro de 2001, bem como, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Voluntário no tocante à parcela não abrangida pela decadência. Em face dessa decisão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia apresentou Embargos de Declaração em face do acórdão e contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional. Atualmente, aguarda-se que sejam julgados os nossos Embargos de Declaração.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003 a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc. formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração tanto pela Companhia como pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012 foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia e em 30 de agosto de 2012 a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Em 28 de fevereiro de 2013 foi publicado acórdão rejeitando os embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional e atualmente aguarda-se exame de admissibilidade e remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores.

Por ocasião do julgamento da ADIN 2588, o STF analisou a validade do artigo 74 da MP 2.158/01, no seguinte sentido:

- não é válida a aplicação do parágrafo único do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros acumulados até 2001;

- é válida a aplicação do caput do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal.

Assim, considerando as chances de êxito para os lucros apurados em 2002, bem como considerando a reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV, nos termos da Lei 12.865/2013, a Companhia optou pela inclusão parcial dos valores em discussão no Refis (lucros acumulados em 2002) e manteve a discussão para os lucros acumulados até 2001, bem como para a variação cambial

O valor atualizado do débito em discussão perfazia o montante de R\$ 502.396 em 31 de dezembro de 2013, sendo que foi incluído no parcelamento o montante de R\$ 134.303 (valor histórico em 31 de dezembro de 2013) e foi mantida a discussão no montante de R\$ 398.188 em 31 de dezembro de 2014, como probabilidade de perda remota.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 14.052 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 17.893 em 31 de dezembro de 2013) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 28.589 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2014, equivalentes a 28.589 ADR's, representando 0,05% do capital total.

24.3. Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2014, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 34.492 (R\$ 36.447 em 31 dezembro de 2013).

24.4. Outros resultados abrangentes

24.4.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no qual reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

24.4.2. Ajuste acumulado de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes Acumulados de Conversão”, no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações contábeis de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

24.5. Debêntures conversíveis em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), realizada em 10 de junho de 2014 foi aprovada a emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Companhia (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de colocação privada, totalizando, na Data de Emissão, o valor de R\$ 70.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária, bem como não haverá resgates antes da data de vencimento. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios pré-fixados de 6,00% (seis por cento) ao ano, capitalizados anualmente, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização até o vencimento das Debêntures. A Remuneração devida aos debenturistas será, em conjunto com o Valor Nominal Unitário, convertida em ações da Companhia. Não haverá, portanto, pagamento da Remuneração em pecúnia, exceto no caso de vencimento antecipado das Debêntures. As obrigações da Companhia serão imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, cross default, protesto de títulos acima de R\$ 10.000, inadimplemento das obrigações assumidas nessa emissão e reorganização societária sem aprovação dos debenturistas.

Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Companhia, no âmbito da emissão de Debêntures, será constituída alienação fiduciária da marca “Bombril” em favor dos debenturistas.

Em Fato Relevante publicado em 16 de setembro de 2014 a administração da Companhia divulgou aos seus acionistas, investidores e mercado em geral, que no âmbito da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, foram subscritas 66.002.424,00 (sessenta e seis milhões, dois mil quatrocentos e vinte e quatro) Debêntures, totalizando, na presente data, o valor de R\$ 66.002 com vencimento em 10 de junho de 2019. As Debêntures que não foram subscritas no âmbito da Emissão foram canceladas pela Companhia.

O preço de conversão das Debêntures foi definido com base no preço médio das ações da Companhia, apontado pelo laudo de avaliação preparado pela APSIS (R\$ 0,41/ação). As ações resultantes da conversão contarão com as mesmas prerrogativas das demais ações ordinárias ou

preferenciais da Companhia, sem quaisquer restrições, conforme a espécie das ações de titularidade do debenturista.

	Taxa anual de encargos	Controladora	Consolidado
	%	31.12.14	31.12.14
Debêntures conversíveis em ações - valor nominal		66.002	66.002
Juros conversíveis em ações	6	1.333	1.333
Total		67.335	67.335

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Receita bruta	1.617.037	1.593.239	1.623.079	1.608.739
(-) Deduções	(64.494)	(59.113)	(66.893)	(61.345)
(-) Impostos s/receita	(403.599)	(386.754)	(403.459)	(387.419)
Total	1.148.944	1.147.372	1.152.727	1.159.975

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o prejuízo apurado e os montantes utilizados no cálculo do prejuízo por ação básico e diluídos:

	31.12.2014			31.12.2013		
	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total
Numerador						
Lucro / (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	(21.272)	(36.232)	(57.504)	(56.983)	(97.056)	(154.039)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Prejuízo por ação (R\$) – Básico	(1,064)	(1,064)		(2,849)	(2,849)	
Prejuízo por ação (R\$) – Diluído	(0,805)	(1,064)		(2,849)	(2,849)	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia possui debêntures com potencial efeito diluidor, as quais foram consideradas no cálculo do prejuízo de ação – diluído.

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Insumos	(501.068)	(486.779)	(492.058)	(491.360)
Despesas com pessoal	(175.462)	(147.468)	(179.041)	(150.231)
Energia elétrica	(10.838)	(9.779)	(10.838)	(9.779)
Manutenção	(9.971)	(12.602)	(10.057)	(12.735)
Depreciação e amortização	(15.279)	(15.887)	(22.441)	(22.890)
Despesas com promoção de vendas	(176.293)	(156.156)	(183.524)	(162.135)
Despesas com propaganda e marketing	(24.001)	(18.684)	(26.169)	(22.372)
Despesas de aluguéis	(16.009)	(14.593)	(12.563)	(10.734)
Despesas com fretes	(103.052)	(117.547)	(105.592)	(119.206)
Outras despesas	(50.023)	(85.386)	(53.323)	(88.470)
	<u>(1.081.996)</u>	<u>(1.064.881)</u>	<u>(1.095.606)</u>	<u>(1.089.912)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Custo dos produtos vendidos	(641.284)	(644.876)	(629.386)	(646.170)
Despesas com vendas	(388.536)	(370.992)	(405.983)	(387.207)
Despesas administrativas	(52.176)	(49.013)	(60.237)	(56.535)
	<u>(1.081.996)</u>	<u>(1.064.881)</u>	<u>(1.095.606)</u>	<u>(1.089.912)</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
	<u>Higiene e</u>	<u>Higiene e</u>
	<u>limpeza</u>	<u>limpeza</u>
Receita líquida de vendas	1.152.727	1.159.975
Custo dos produtos vendidos	<u>(629.386)</u>	<u>(646.170)</u>
Lucro bruto	523.341	513.805
Despesas com vendas	(405.983)	(387.207)
Despesas Administrativas	(60.237)	(56.535)
Outras despesas (receitas) líquida	<u>11.263</u>	<u>(33.059)</u>
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	68.384	37.004
Receitas financeiras	14.503	6.222
Despesas financeiras	(86.247)	(142.237)
Variação cambial, líquida	<u>(53.588)</u>	<u>(51.809)</u>
Lucro / (Prejuízo) antes dos impostos	(56.948)	(150.820)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(216)	(57.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(340)</u>	<u>56.454</u>
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(57.504)	(151.796)
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-	<u>(2.243)</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(57.504)</u>	<u>(154.039)</u>

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
	<u>Higiene e</u>	<u>Higiene e</u>
	<u>limpeza</u>	<u>limpeza</u>
Ativos totais	754.983	710.601
Passivos totais	754.983	710.601
Depreciação e amortização	(22.441)	(22.890)
Aquisição do imobilizado	40.587	23.206

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Juros sobre empréstimos	(37.239)	(22.767)	(37.796)	(23.267)
Juros sobre operações de terceiros	(4.393)	(3.117)	(4.393)	(3.117)
Juros sobre impostos	(40.698)	(113.521)	(40.733)	(113.529)
Encargos bancários	(3.272)	(2.295)	(3.325)	(2.324)
Receitas financeiras	12.792	6.196	14.503	6.222
Variação cambial líquida	207	(73.876)	(53.588)	(51.809)
Total	<u>(72.603)</u>	<u>(209.380)</u>	<u>(125.332)</u>	<u>(187.824)</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. Abaixo evidenciamos a composição dos títulos a receber da companhia por data de vencimento, evidenciando o risco de crédito de sua carteira de clientes:

Período	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
A vencer	130.582	198.188	134.999	201.550
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	32.251	24.551	32.943	25.367
De 31 a 60 dias	8.677	5.036	8.903	5.451
De 61 a 90 dias	5.149	1.731	5.423	1.993
De 91 a 180 dias	5.461	2.329	7.842	2.469
Acima de 181 dias	16.955	10.383	21.581	10.939
	199.075	242.218	211.691	247.769
PECLD	(7.133)	(6.093)	(7.525)	(6.187)
	191.942	236.125	204.166	241.582

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
Dívida	137.110	149.196	143.102	156.164
Caixa e equivalentes de caixa	(12.958)	(25.980)	(52.672)	(26.668)
Aplicações financeiras não circulante	(6.455)	(5.088)	(6.455)	(5.088)
Dívida líquida	<u>117.697</u>	<u>118.128</u>	<u>83.975</u>	<u>124.408</u>

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		Controladora					
		Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
		%	R\$	R\$	R\$	R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2014							
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,67	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,36	742	1.485	6.682	16.399	390	25.698
		<u>6.759</u>	<u>13.519</u>	<u>60.834</u>	<u>55.608</u>	<u>390</u>	<u>137.110</u>
31 de dezembro de 2013							
Passivos de arrendamento financeiro	16,91	28	57	255	299	-	639
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	15,71	8.878	17.756	79.902	28.876	-	135.412
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,43	648	1.297	5.834	4.966	400	13.145
		<u>9.554</u>	<u>19.110</u>	<u>85.991</u>	<u>34.141</u>	<u>400</u>	<u>149.196</u>

	Consolidado						
	Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u> %	Menos de <u>1 mês</u> R\$	De 1 a 3 <u>meses</u> R\$	De 3 meses <u>a 1 ano</u> R\$	De 1 a 5 <u>anos</u> R\$	Mais de <u>5 anos</u> R\$	Total R\$
31 de dezembro 2014							
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,66	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,74	861	1.723	7.752	20.964	390	31.690
		6.878	13.757	61.904	60.173	390	143.102
31 de dezembro 2013							
Passivos de arrendamento financeiro	16,91	28	57	255	299	-	639
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	15,71	8.878	17.756	79.902	28.876	-	135.412
Instrumentos a taxas de prefixadas	5,25	731	1.461	6.576	10.482	863	20.113
		9.637	19.274	86.733	39.657	863	156.164

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui caixa e bancos) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora						
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Menos de 1 mês R\$	De 1 a 3 meses R\$	De 3 meses a 1 ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2014						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	11,97	1.931	53	4.291	1.995	8.270
		1.931	53	4.291	1.995	8.270
31 de dezembro de 2013						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,82	12.305	105	-	4.983	17.393
		12.305	105	-	4.983	17.393

Consolidado						
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Menos de 1 mês R\$	De 1 a 3 meses R\$	De 3 meses a 1 ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2014						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	11,46	40.874	53	4.291	1.995	47.213
		40.874	53	4.291	1.995	47.213
31 de dezembro de 2013						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	9,82	12.305	105	-	4.983	17.393
		12.305	105	-	4.983	17.393

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 destas demonstrações contábeis.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	12.958	25.980	52.672	26.668
Aplicações Financeiras	6.455	5.088	6.455	5.088
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber	191.942	236.125	204.166	241.582
Outras Contas a Receber	1.728	11.370	1.873	11.513
Passivos financeiros				
Contas a Pagar	150.648	140.961	156.104	145.377
Empréstimos e Financiamentos	137.110	149.196	143.102	156.164

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Euro e Dólar. Em 31 de dezembro de 2014, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.13</u>
Eurobonds	447.010	446.941	-	-
Total	447.010	446.941	-	-
Valores a pagar de terceiros	20.883	29.940	20.883	29.940
Total	20.883	29.940	20.883	29.940
Fornecedores	1.438	655	1.438	655
ACC	5.356	5.450	5.356	5.450
FINIMP	1.489	-	1.489	-
Total	8.283	6.105	8.283	6.105

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço.

A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2014 seria uma despesa financeira de R\$ 47.618 na controladora, quando e caso ocorresse a desvalorização da moeda (R\$ 2.917 no consolidado).

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais alta e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O lucro líquido do período em 31 de dezembro de 2014 diminuiria em R\$ 2.769 (aumentaria em R\$ 2.488 em 31 de dezembro de 2013). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

Controladora:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em Euro	Valorização do Euro	116.973	233.947
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	2.071	4.141
Exposição líquida		119.044	238.088

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	5.074	10.147
Exposição líquida		5.074	10.147

Consolidado:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em Euro	Valorização do Euro	5.221	10.442
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	2.071	4.141
Exposição líquida		7.292	14.583

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	5.144	10.287
Exposição líquida		5.144	10.287

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

31.12.2014						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos identicos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos identicos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado	-	8.271	-	-	47.213	-
Total:	-	8.271	-	-	47.213	-

31.12.2013						
Controladora			Consolidado			
	Preços cotados em mercados ativos para ativos identicos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos identicos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado	-	17.393	-	-	17.393	-
Total:	-	17.393	-	-	17.393	-

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

Controladora				
		31.12.14	31.12.13	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e saldos de bancos	11.142	11.142	13.675	13.675
Aplicações Financeiras	8.271	8.271	17.393	17.393
	19.413	19.413	31.068	31.068
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	137.110	137.110	149.196	149.196
	137.110	137.110	149.196	149.196
Consolidado				
		31.12.14	31.12.13	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e saldos de bancos	11.914	11.914	14.363	14.363
Aplicações Financeiras	47.213	47.213	17.393	17.393
	59.127	59.127	31.756	31.756
Passivos financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	143.102	143.102	156.164	156.164
	143.102	143.102	156.164	156.164

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa, bancos e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia era de R\$944.943 (R\$867.157 em 2013), composta da seguinte forma: Prédios R\$118.843 (R\$115.651 em 2013); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$304.297 (R\$287.897 em 2013); Mercadorias e Matérias-Primas R\$58.620 (R\$53.089 em 2013); Lucro Cessantes R\$463.183 (R\$413.951 em 2013). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria a revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$ 422.015 em 31 de dezembro de 2014, sendo que R\$ 37.753 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$ 384.262 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.
